

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2021

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



EDUCAÇÃO:
SOCIEDADE CIVIL, ESTADO
E POLÍTICAS EDUCACIONAIS
2



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abráao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Kimberlly Elisandra Gonçalves Carneiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: sociedade civil, estado e políticas educacionais 2
/ Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-780-2

DOI 10.22533/at.ed.802210102

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da
(Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a repensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. Mesmo em 2021 e com a recente aprovação do uso emergencial das vacinas no Brasil, seguimos um distanciamento permeado por angústias e incertezas: como será o mundo a partir de agora? Quais as implicações do contexto pandêmico para as questões sociais, sobretudo para a Educação no Brasil? Que políticas públicas são e serão pensadas a partir de agora em nosso país?

E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro. Sabemos, partindo do que nos apresentaram Silva, Nery e Nogueira (2020, p. 100), que as circunstâncias do contexto pandêmico são propícias e oportunas para construção de reflexões sobre os diversos “aspectos relativos à fragilidade humana e ao seu processo de ser e estar no mundo, que perpassam por questões culturais, educacionais, históricas, ideológicas e políticas”. Essa pandemia, ainda segundo os autores, fez emergir uma infinidade de problemas sociais, necessitando assim, de constantes lutas pelo cumprimento dos direitos de todos.

Esse movimento sistemático de olhar para as diversas problemáticas postas na contemporaneidade, faz desencadear o que o que Santos (2020, p. 10) chamou de “[...] claridade pandêmica”, que é quando um aspecto da crise faz emergir outros problemas, como os relacionados à sociedade civil, ao Estado e as políticas públicas, por exemplo. É esse, ainda segundo o autor, um momento catalisador de mudanças sociais. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade, portanto, é um desafio, aceito por muitas professoras e professores pesquisadores brasileiros, como os compõe esse livro.

Destarte, as discussões empreendidas nesta obra, “**Educação: Sociedade Civil, Estado e Políticas Educacionais**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re)pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Reúne-se aqui, portanto, um conjunto de textos originados de autores e autoras de diferentes estados brasileiros e países.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestras, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem

os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

REFERÊNCIAS

SILVA, A. J. N. DA; NERY, ÉRICA S. S.; NOGUEIRA, C. A. Formação, tecnologia e inclusão: o professor que ensina matemática no “novo normal”. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 2, p. 97-118, 18 ago. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

CARTOGRAFIA DE UMA MILITÂNCIA MOLECULAR: A REVOADA SECUNDARISTA DE 2016

Fernando Hiromi Yonezawa
Lígia Caroline Pereira Pimenta
Marcia Roxana Cruces Cuevas

DOI 10.22533/at.ed.8022101021

CAPÍTULO 2..... 17

HOMESCHOOLING: DESAFIOS DO ENSINO DOMICILIAR NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA - ES

Mateus Xavier Corrêa
Sebastião Pimentel Franco

DOI 10.22533/at.ed.8022101022

CAPÍTULO 3..... 28

AUXÍLIO MORADIA NO IF BAIANO *CAMPUS* SANTA INÊS – UM REFLEXO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Nelian Costa Nascimento
Nívia Barreto dos Anjos
Tailan Bomfim Andrade

DOI 10.22533/at.ed.8022101023

CAPÍTULO 4..... 39

CREATION OF EDUCATIONAL RESOURCES IN ART HISTORY USING SEMANTIC TECHNOLOGIES

Antonio Sarasa Cabezuelo

DOI 10.22533/at.ed.8022101024

CAPÍTULO 5..... 51

AS METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: REFLETINDO SOBRE PRÁTICAS COLETIVAS

Dayane Horwat Imbriani de Oliveira
Taissa Vieira Lozano Burci
Sílvia Eliane de Oliveira Basso
Renata Oliveira dos Santos
Patrícia Lakchmi Leite Mertzig
Camila Tecla Morteau Mendonça

DOI 10.22533/at.ed.8022101025

CAPÍTULO 6..... 57

EXPERIENCIAS PEDAGÓGICAS EN ZONAS RURALES

Yuli Paulin Barinas Soto
Sara Lucía Gonzalez Aroca
Sandra Geraldine Ramírez Palacios

DOI 10.22533/at.ed.8022101026

CAPÍTULO 7	65
EDUCAÇÃO E CIDADANIA: O COMPROMISSO DOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS NA EFETIVAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	
Maria Leonilde da Silva.	
Antônio Rodrigues da Silva Filho	
DOI 10.22533/at.ed.8022101027	
CAPÍTULO 8	77
REPRESENTAÇÕES SOBRE A ESCRAVIDÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS: O QUE MUDOU TRANSCORRIDOS DEZ ANOS DA LEI 10.639/03?	
Caio Pinheiro Oliveira	
Áurea Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.8022101028	
CAPÍTULO 9	88
A IMAGEM DO QUE É SER ALUNO: UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL	
Douglas Soares Freitas	
Gabriela Sanchez Benevides	
DOI 10.22533/at.ed.8022101029	
CAPÍTULO 10	96
O PROCESSO DE IN/EXCLUSÃO ESCOLAR DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL: A COMPREENSÃO DOS PROFESSORES E AS POSSIBILIDADES DE EMANCIPAÇÃO SOCIAL	
Claunice Maria Dorneles	
DOI 10.22533/at.ed.80221010210	
CAPÍTULO 11	104
BEING PARENTS OF TEENAGE CHILDREN IN THE CITY. INTERCULTURAL MEDIATION AS “EDUCATIONAL STYLE” OF INCLUSION AND CITIZENSHIP	
Margherita Cestaro	
DOI 10.22533/at.ed.80221010211	
CAPÍTULO 12	119
EJA: DIREITOS SOCIAIS EM CONFLITOS COM AS “NOVAS” IDEOLOGIAS	
Maurenilce Lemes da Silva	
Heloisa Salles Gentil	
Cálita Fernanda de Paula Martins	
DOI 10.22533/at.ed.80221010212	
CAPÍTULO 13	125
A GESTÃO DEMOCRÁTICA DENTRO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM CAMPO GRANDE – MS	
Maria Luiza Silva Toesca	
Juliana Cristina Ribeiro da Silva	
Juliana Roberta Paes Fujihara	

Manoel Garcia de Oliveira
Simone Ceccon
Patrícia Helena Mirandola Garcia
DOI 10.22533/at.ed.80221010213

CAPÍTULO 14..... 138

PERSPECTIVAS DE ESTUDOS COMPARATIVOS DA FORMAÇÃO E CARREIRA DOCENTE: NECESSIDADES DE COOPERAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS NO ÂMBITO DO MERCOSUL

Magali de Fátima Evangelista Machado
Célio da Cunha

DOI 10.22533/at.ed.80221010214

CAPÍTULO 15..... 159

APLICAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR E ACEITAÇÃO DOS DISCENTES – ESTUDO DE CASO

Ana Cristina Trindade Cursino
Carla Cristina Bem
Crizieli Silveira Ostrovski
Carolina Castilho Garcia

DOI 10.22533/at.ed.80221010215

CAPÍTULO 16..... 170

USO DAS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS COMO POLÍTICA PÚBLICA DE COMBATE À VULNERABILIDADE SOCIAL JUVENIL: EXPERIÊNCIAS DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO DO CEARÁ

Daiana de Jesus Moreira
Maria Socorro Braga Silva
Antonio Cid Freitas Barros

DOI 10.22533/at.ed.80221010216

CAPÍTULO 17..... 180

AMBIENTAÇÃO EM PLATAFORMAS DE E-LEARNING. PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DA UCM-CED

Vilma Tomásia da Fonseca Francisco Manuel
Heitor Simão Mafanela Simão

DOI 10.22533/at.ed.80221010217

CAPÍTULO 18..... 195

IMPLEMENTACIÓN DE UN DISPOSITIVO DIDÁCTICO RECORRIDO DE ESTUDIO E INVESTIGACIÓN EN ESTADÍSTICA PARA ESTUDIANTES DE INGENIERÍA EN CONSTRUCCIÓN

Carmen Cecilia Espinoza Melo

DOI 10.22533/at.ed.80221010218

CAPÍTULO 19..... 204

CICLOS DE APRENDIZAGEM NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL: A NECESSIDADE DE SE DISCUTIR A FORMAÇÃO CONTINUADA DE

PROFESSORES

Livia Gonçalves de Oliveira

Otília M.A. da Nóbrega Dantas

DOI 10.22533/at.ed.80221010219

CAPÍTULO 20.....216

MEJORA DEL RENDIMIENTO ACADÉMICO MEDIANTE LA APLICACIÓN DE METODOLOGÍAS DE TRABAJO EN EQUIPO Y SISTEMAS DE RESPUESTA INMEDIATA EN LA UNIVERSIDAD CHINA

Xiaochen Yang

Jia Fu

Francisco Rodríguez-Sedano

Miguel Ángel Conde-González

DOI 10.22533/at.ed.80221010220

SOBRE O ORGANIZADOR.....229

ÍNDICE REMISSIVO.....230

EDUCAÇÃO E CIDADANIA: O COMPROMISSO DOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS NA EFETIVAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Data de aceite: 01/02/2021

Data de submissão: 05/11/2020

Maria Leonilde da Silva.

Docente da rede municipal de ensino
Juripiranga-PB
Camutanga-PE
Ibiranga-Itambé-PE
<http://lattes.cnpq.br/3420842647747235>

Antônio Rodrigues da Silva Filho

Graduando em Letras-Espanhol pela
Universidade Estadual da Paraíba
Juripiranga- PB
<http://lattes.cnpq.br/8604484300320321>

RESUMO: O presente artigo tem como tema Educação e cidadania: o compromisso dos espaços educacionais na efetivação de uma educação antirracista. Considerando a necessidade de construir uma educação que contribua para a valorização e o respeito às diferenças, tenciona refletir sobre a importância dos diferentes espaços de conhecimento na efetivação de uma educação cidadã e inclusiva, assim como a contribuição da formação docente nesta construção. A partir da análise dos documentos que estabelecem o ensino da história e cultura afro-brasileira, de questionários aplicados a docentes e estudantes de diferentes graduações, bem como diversos referenciais teóricos, tendo como base Cavalleiro(2001), Young(2007), Carvalho(2012) entre outros, buscamos mostrar a necessidade de se pensar

uma educação que contemple e valorize os feitos dos povos que contribuíram para a formação do povo brasileiro, especialmente aqueles que ainda hoje continuam marginalizados e excluídos dos processos que nos constituem como nação.

PALAVRAS-CHAVE: Relações étnico-raciais. Cidadania. Preconceito. Educação.

EDUCATION AND CITIZENSHIP: THE COMMITMENT OF EDUCATION SPACES IN EFFECTUATION OF ANTI-RACIST EDUCATION

ABSTRACT: This article has as its theme education and citizenship: the commitment of education spaces in effectuation of anti-racist education. Considering the need to create develop an education that contributes to the appreciation and respect for diversity, intends to reflect on the importance of different knowledge spaces in the realization of a citizen and inclusive education, as well as the contribution of teacher training in the construction. From the analysis of the documents that establish the teaching of Afro-brazilian history and culture, from scientific questionnaires the teachers and scholars of different degrees, as well as various theoretical references, based on Cavalleiro

(2001), Young (2007), Carvalho (2012) among others, we seek to show the need to think about an education that contemplates and values the achievements of the people who contributed to the formation of the Brazilian people, especially those that still remain marginalized and excluded from the processes that choose us as a nation.

KEYWORDS: Ethnic-racial relations. Citizen. Preconception. Education.

1 | INTRODUÇÃO

A instituição da Lei 10.639/2003 preconiza a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos educacionais brasileiros. No entanto, passados dezessete anos de sua implementação pouca coisa mudou nos espaços escolares a respeito de sua efetivação. De modo que se faz necessário pensar nos fatores que contribuem para que a lei não se cumpra de fato. Diante de um contexto social que reproduz atitudes racistas, preconceituosas e discriminatórias é imprescindível discutir no ambiente escolar temáticas que venham a contribuir para o conhecimento do sujeito acerca de sua história social, cultural e política, bem como oportunizem a construção de uma nação que valoriza suas raízes históricas e combate os preconceitos sociais e raciais que nela estão presentes.

Nesse sentido, a escola tem como tarefa contar a História daqueles(as) que foram esquecidos(as) e silenciados(as) ao longo do tempo, para que o futuro os(as) valorize. Desse modo, escolhemos esse tema e versamos sobre a importância desses conteúdos não só como o cumprimento de uma política de reparação aos(as) afro-brasileiros(as) por tantos anos de injustiças, discriminação, exclusão e desrespeito, mas sobretudo por considerarmos de extrema importância a inserção desses povos e sua história no contexto político, social e educacional brasileiro a fim de dar-lhes o que lhe é de direito e que foi negado anteriormente, de certa forma continua sendo. Todos e todas envolvidos(as) com a educação precisamos coadunar esforços no sentido de garantir que esta inclua todas as pessoas, a fim de construirmos uma sociedade com cidadãos(ãs) conscientes de sua importância e conhecedores(as) de seus direitos.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A importância da escola na construção de uma educação antirracista

A escola se configura como um importante espaço de socialização de conhecimentos, um meio para se alcançar um determinado fim (qualificação para o trabalho, aprender a ler, escrever) e assim transformar realidades. Haja vista a escola reunir saberes de diferentes sujeitos e suas visões de mundo, seus modos de vida e buscar diminuir algumas fronteiras (sociais, culturais) entre eles. Por estes motivos, acreditamos que os espaços de saber são imprescindíveis na construção de uma educação que valorize e respeite as diferenças, que venha a oportunizar a diminuição de preconceitos e desigualdades culturais e sociais. Nesse sentido, citamos:

A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, porque é o espaço em que pode se dar a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada uma conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família. Em segundo, porque é um dos

lugares onde são ensinadas as regras do espaço público para o convívio democrático com a diferença. Em terceiro lugar, porque a escola apresenta a criança conhecimentos sistematizados sobre o país e o mundo...(PCN, 2000, p. 23).

Nesta perspectiva, podemos perceber o papel exercido pela educação escolar no sentido de oportunizar diversas trocas e momentos de aprendizagem entre os sujeitos. Além de garantir que os saberes produzidos por diferentes grupos humanos sejam transmitidos de geração a geração, ganhando assim novos significados a partir dos interesses e inferências de cada um.

O saber escolar possibilita ao ser humano não apenas a obtenção de conhecimentos necessários a sua qualificação profissional, mas, sobretudo, a oportunidade de transformar suas vidas e mentes, sendo a educação formal diferente daquela observada em outros contextos. Segundo Young as escolas “capacitam ou podem capacitar jovens a adquirir o conhecimento que, para a maioria deles, não pode ser adquirido em casa, ou em sua comunidade, e para adultos, em seus locais de trabalho” (2007, p. 1294). Desta feita, os saberes e conhecimentos socializados ou transmitidos na escola promovem novas descobertas e permitem ao sujeito ir além do que ele já sabe, pois “a escolaridade envolve o conhecimento especializado incluído em diferentes domínios” (YOUNG, 2007, p. 1295). Este é um dos motivos que faz a escola se configurar como instituição muito importante para o processo de emancipação do sujeito.

Considerando que a pessoa participa do meio em que vive de diversas maneiras (trabalhando, estudando, divertindo-se) pensamos que a educação formal e os conhecimentos construídos ao longo do processo educacional devem ajudá-la a dar novos sentidos e significados as atividades que realiza, extraíndo delas algum contributo para seu crescimento pessoal e o agir coletivo, buscando provocar mudança em sua comunidade. É o aprender para fazer, a ação baseada na reflexão acerca daquilo que sabemos e que exige nossa participação a fim de mudar o que não condiz com a realidade, com as necessidades e os interesses das pessoas. Assim:

Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente (MESZÁROS, 2008, p. 65).

A mudança individual e coletiva necessária para transformar mentes e realidades tem na educação uma forte e inegável aliada, dado seu alcance e poder mobilizador. A escola é um espaço socializador e agregador, não só pelas pessoas que ali convivem, mas, sobretudo pelos conhecimentos que foram e serão produzidos neste ambiente. Ela liga e une por alguns instantes todos(as) que ali estão em um objetivo comum, daí a importância de buscar mecanismos capazes de garantir que todos os indivíduos tenham acesso a

educação. Sobre isso é importante dizer:

A educação formal tem grande relevância para a formação de cidadãos críticos e conhecedores de seus direitos civis, políticos e sociais. Torna-se, então, fundamental a reflexão por parte de nós profissionais da educação sobre a presença das formas que conduzem as desigualdades na sociedade e também no espaço escolar (CAVALLEIRO, 2001, p. 142).

No que concerne a Lei 10.639/2003 faz-se necessário o engajamento de todos(as) que fazem o ambiente escolar a fim de garantir que a lei possa de fato se efetivar e transformar-se em algo real, que venha a oportunizar o respeito e a valorização da história e cultura afro-brasileira. Considerando a diversidade social e cultural do nosso país (presente em todos os contextos, inclusive na escola), estes conhecimentos são imprescindíveis para que possamos desconstruir preconceitos e mentalidades racistas. Segundo Nascimento (2015):

As política afirmativas visam reconhecer as diversidades entre a população negra e não negra, no sentido de direcionar esforços para minimizar e gradativamente diminuir as distâncias socioeconômicas que permeiam a vida social brasileira.

Configurando-se como uma política pública afirmativa, destinada a um grupo específico e com o objetivo de superar as desigualdades a que este coletivo esteve submetido ao longo da história do Brasil, a Lei 10.639/03 é um caminho importante para que as vozes dos(as) afro-brasileiros(as) sejam ouvidas e respeitadas, pois: “ao longo da nossa formação histórica marcada pela colonização, pela escravidão e pelo autoritarismo, o imaginário social construído sobre os negros não foi o mais positivo” (GOMES, 2001, p. 88).

De modo que praticamente tudo que se refere às pessoas negras é feito de forma pejorativa, negativa, maliciosa, discriminatória e racista. Especialmente se considerarmos que na escola também ocorrem situações de racismo, discriminação e preconceito entre os diferentes sujeitos ali presentes. Por isso a necessidade de trabalhar juntos para que a situação possa ser diferente dentro e fora do ambiente escolar.

Serão as diferenças e semelhanças individuais dos alunos, seus conflitos de valores, necessidades de reconhecimento recíproco com seus pares e julgamentos de imagem de si e dos outros que balizarão a constituição dos diversos grupos no espaço escolar e, simultaneamente, a de suas próprias identidades (CARVALHO, 2012, p. 216).

É necessário desfazer essa mentalidade a fim de evitar que continuemos negando a nossa identidade nacional, bem como negando a tantas pessoas o sentimento de pertencimento e reconhecimento de quem são como sujeito histórico e social. Desta feita, faz-se necessário a construção de novos paradigmas educacionais e sociais, mais ainda, que estes possibilitem uma mudança interna e externa a escola.

É preciso pensar e fazer uma educação que zele pelo bem comum. Assim: “para obter êxito a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminatória secular, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos” (BRASIL, 2013, p. 501). Desse modo, acreditamos no poder e na força da escola para conduzir a uma mentalidade coletiva em busca de equidade e justiça, levando a uma prática inclusiva que respeite e reconheça as diferenças como fundamentais para a construção da sociedade brasileira.

A revisão dos currículos, a construção de uma relação ética e respeitosa entre professores/as e alunos/as, o entendimento do/a aluno/a como sujeito sociocultural e não somente como sujeito cognitivo, a compreensão de que os sujeitos presentes na escola vêm de diferentes contextos socioculturais e possuem distintas visões de mundo são princípios de uma educação cidadã (GOMES, 2001, p. 90).

Compreendemos que as diferenças existentes no contexto escolar devem ser reconhecidas e valorizadas por todos(as) que convivem nesse ambiente, só assim poderemos perceber os pontos de convergência entre quem somos e o outro. Porque a aceitação e o reconhecimento de quem eu sou perpassa pelo fato de conhecer, ter empatia e respeitar também o outro. Quem sabe assim possamos juntos construir relações sociais e interpessoais baseadas na justiça, na igualdade e no respeito, assim pontuamos:

2.2 A formação docente como caminho para uma educação antirracista

A formação docente é imprescindível para que professoras e professores possam exercer seu trabalho de forma eficaz e proveitosa, pois por meio dela o(a) docente vai construindo sua identidade pessoal e profissional, de modo que esta formação precisa oportunizar o reconhecimento e o valor social do(a) professor(a), bem como garantir sua significância dentro da escola, permitindo condições dignas de trabalho e de contribuição para a aprendizagem dos(as) estudantes.

Considerando a importância da escola e de seus agentes para efetivar uma educação cidadã e antirracista, pensamos que a atuação docente é uma maneira de tornar isso possível. Para isso faz-se necessário uma formação que dê conta de prepará-los(as) e ajudá-los(as) a lidar com essas questões. Pois observamos que no que concerne à formação inicial poucos cursos de licenciatura ofertam disciplinas voltadas para os conteúdos explicitados na referida lei, mesmo aqueles voltados para a área das ciências humanas nem sempre oferecem uma disciplina referente ao conteúdo.

Pensando ainda que muitos municípios não oportunizam formações que proporcionem aos(as) docentes o conhecimento do que a Lei 10.639 apregoa, quem já está em sala de aula há muito tempo fica apartado desse processo de elaboração de conhecimentos teóricos, sendo que estes demonstram ser de grande relevância para que a lei possa de fato ser cumprida e assim garantir a aprendizagem dos(as) estudantes acerca da temática africana e seus desdobramentos. Segundo Gomes (2008, p. 74-75

apud Coelho et al., 2015, p.119):

No Brasil, a educação, de modo geral, e a formação de professores, em específico – salvo honrosas exceções -, são permeadas por uma grande desinformação sobre a nossa herança africana e sobre as realizações do negro brasileiro da atualidade. Ainda quando se fala em África na escola e até mesmo no campo de pesquisa acadêmica reporta-se mais ao escravismo e ao processo de escravidão.

Resta ao(a) professor(a) utilizar os conteúdos presentes no livro didático, o que nem sempre possibilita uma aprendizagem significativa, que contribua para a construção da identidade e o sentimento de pertencimento da criança negra e atitudes de respeito e empatia por parte das crianças não negras. Pois de acordo com BRASIL (2013), a escola e os(as) professores(as) precisam desfazer a mentalidade racista e discriminatória, reestruturando assim as relações étnico-raciais, para que isso aconteça não cabem improvisos.

Assim, pensamos que as Instituições de Ensino Superior (IES) têm um importante papel na consolidação dos conteúdos referentes ao ensino da história e cultura afro-brasileira, pois sendo este um espaço produtor e socializador de diferentes e diversos saberes faz-se necessário que possa contribuir para melhorar o conhecimento produzido a cerca de nossas raízes históricas. Haja vista:

As IES são as instituições fundamentais e responsáveis pela elaboração, execução e avaliação dos cursos e programas que oferecem, assim como de seus projetos institucionais, projetos pedagógicos dos cursos e planos de ensino articulados à temática Étnico-racial (BRASIL, 2013, p. 53).

Desta feita, é imprescindível a atuação das IES no sentido de transformar essa mentalidade, para que possamos colocar em prática o que determina a Lei 10.639/03 e o que ela preconiza. No que concerne às atribuições do sistema de ensino superior podemos citar algumas:

a) Incluir conteúdos e disciplinas curriculares relacionados à Educação para as Relações Étnico-raciais nos cursos de graduação do Ensino Superior, conforme expresso no §1º do art. 1º, da Resolução CNE /CP n. 01/2004;

b) Desenvolver atividades acadêmicas, encontros, jornadas e seminários de promoção das relações étnico-raciais positivas para seus estudantes;

c) Dedicar especial atenção aos cursos de licenciatura e formação de professores, garantindo formação adequada aos professores sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e os conteúdos propostos na Lei 11645/2008;

d) Desenvolver nos estudantes de seus cursos de licenciatura e formação de professores as habilidades e atitudes que os permitam contribuir para a educação das relações étnico-raciais com destaque para a capacitação

dos mesmos na produção e análise crítica do livro, materiais didáticos e paradidáticos que estejam em consonância com as Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africanas e com a temática da Lei 11645/08 (BRASIL, 2013, p. 40).

Nessa perspectiva as IES precisam também atuar na tentativa de garantir que os conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira sejam transmitidos aos(as) seus(suas) alunos(as), para que estes(as) quando professores(as) possam contribuir para a construção de uma educação que seja de fato inclusiva e respeite todos os sujeitos. Assim como a educação básica tem seu papel na efetivação da Lei 10.639 as instituições de ensino superior também têm. É preciso que as IES cumpram seu papel e façam essa ponte, a fim de garantir que o(a) professor(a) não se sinta perdido(a) na formação que pretende dar aos(as) alunos(as). Pois é muito fácil cobrar da escola a transmissão desses conteúdos na educação básica, mas muitas vezes se esquecem de que os(as) docentes nem sempre têm condições formativas para tal responsabilidade. Especialmente se levarmos em conta que são muitas as expectativas que se tem em relação à escola e o trabalho por ela realizado, o professor e a professora não conseguem lidar sozinhos(as) com muitas questões, especialmente aquelas que mexem com a subjetividade dos(as) estudantes, necessitando de suporte que garantam a realização de sua atividade de modo a sentirem-se importantes na transformação de vidas e mentes.

Para que de fato professoras(es) possam contribuir na formação de sujeitos capazes de reconhecer e respeitar o outro em sua diversidade, faz-se necessário garantir uma formação capaz de oportunizar a elaboração destes saberes e o seu compartilhamento junto aos(as) alunos(as), pois ambos são as partes principais do processo educacional e precisam juntos fazer a diferença dentro e fora do contexto escolar, só assim poderemos construir uma sociedade forjada no respeito, na cidadania e no enaltecimento do outro.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A história do nosso povo é marcada por desigualdades, desrespeito e violência. Muitos sujeitos foram e ainda são excluídos dos processos que nos caracterizam como sociedade. A Lei 10.639/2003 é uma tentativa de reparar algumas injustiças especialmente contra os(as) africanos(as) e seus(as) descendentes aqui no Brasil, bem como respaldar a luta do movimento negro que busca a inclusão efetiva do povo negro, assim como o respeito e a valorização de sua história e cultura.

Nesse contexto, o governo federal sancionou, em março de 2003, a Lei nº 10.639/03-MEC, que altera a LDB (Lei Diretrizes e Bases) e estabelece as Diretrizes Curriculares para a implementação da mesma. Ela instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos(as) africanos(as) no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade

brasileira (BRASIL, 2004, p.8).

Partindo do que preconiza a lei acima citada e considerando a importância da educação para sua efetivação, buscamos compreender junto a discentes de diferentes licenciaturas e docentes o acesso que tiveram a referente temática em sua formação inicial. Para tanto, elaboramos questionários a fim de identificar como estes percebem a relação entre sua formação e o ensino da história e cultura afro-brasileira, e também se consideram sua formação insuficiente, como buscam preparar-se para abordar o tema em sala de aula.

Discentes:	Qual sua formação /Licenciatura?	Atua em sala de aula?	Estudou sobre história e cultura africana?	Considera o conteúdo importante para diminuir o racismo na escola?
I	Filosofia	Não	Não	Sim
II	Letras-Espanhol	Não	Não	Sim
III	Ensino médio	Não	Não recorda	Sim
IV	Letras-Espanhol	Sim	Não	Sim
V	Letras-Espanhol	Sim	Não recorda	Sim
VI	Química	Não	Sim	Sim
VII	Ensino médio	Não	Não	Sim

Tabela 1: Discentes em Formação

Docentes	Qual sua formação / Licenciatura?	Há quanto tempo leciona?	Estudou sobre história e cultura africana?	Sente-se confiante para trabalhar esses conteúdos em sala?	Considera o conteúdo importante para diminuir o racismo na escola?
I	Ciências biológicas	9 anos	Não	Não	Sim
II	Letras-Espanhol	1 ano	Não	Sim	Sim
III	Ciências biológicas	2 anos	Não recorda	Sim	Sim
IV	História	17 anos	Sim	Sim	Sim
V	História	7 anos	Sim	Sim	Sim
VI	Ciências biológicas	3 anos	Sim	Não	Sim
VII	Pedagogia	15 anos	Sim	Sim	Sim

Tabela 2: Docentes

De acordo com as respostas de alguns(mas) discentes podemos dizer que mesmo

aqueles(as) que já atuam em sala de aula e cursam uma graduação não se sentem confiantes em trabalhar a temática aqui apresentada, pois a formação não os ajuda nesse processo. De modo que: “Trabalhar esse tema requer cautela, pois mexe com a questão identitária. Mas é necessário trabalhar esse conteúdo” (DISCENTE 6).

Quando perguntados sobre a importância do tema para diminuir o racismo na escola alguns responderam: “Considero importante sim. Muito do que se vê hoje em dia relacionado ao racismo vem justamente da falta de informação sobre o que de fato é a cultura afro, sobre quem de fato são os negros” (DISCENTE 5). Ainda sobre essa questão uma professora nos deu a seguinte resposta:

Importantíssimo, na medida em que traz a tona, dar voz e visibilidade à história dos negros em detrimento de uma visão reducionista, excludente e racista que passou a habitar a escola. A escola deve assumir o seu papel de educar para a diversidade, valorizando, respeitando a história e cultura afro. Reconhecendo e trabalhando para que seus alunos negros se reconheçam como tais, sem medo e nem vergonha de serem quem são. É a partir do conhecimento construído na escola que podem alcançar uma educação de qualidade, democrática e inclusiva capaz de diminuir o preconceito, o racismo (p. 5).

Quando questionados(as) se sentem confiança para abordar a temática nas aulas, as respostas diversificaram: “Não. Por mais que tenha pesquisado sobre, não tenho o domínio do assunto e muito menos sobre os conhecimentos afro-brasileiros diante das experiências pedagógicas” (DISCENTE 4).

Um professor respondeu: “Sim. Reconheço e defendo a diversidade cultural, por isso tento sempre me atualizar a respeito, já que a sociedade não é imutável, muito menos seus sujeitos” (P. 5). Enquanto outra pontuou: “Diria que sim. Mas não porque tive isso em minha formação, e sim porque fiz um estudo por fora” (P. 6).

Pelas respostas que obtivemos acreditamos que muito ainda precisa ser feito em termos de formação docente para que possamos de fato efetivar o que determina a Lei 10.639/03 nos ambientes escolares. Mais ainda, garantir que os(as) professores(as) possam sentir-se confiantes de seus conhecimentos e assim contribuir positivamente para uma educação baseada no respeito e na valorização do outro. Pois sabemos que estes(as) quando negros(as), também podem sofrer discriminação e racismo, não sabendo muitas vezes como agir diante de tais situações.

Desta feita, é preciso buscar uma formação que compreenda o(a) professor(a) não como um mero(a) transmissor(a) de conhecimentos e saberes, mas perceba-o(a) como imprescindível na criação de uma sociedade melhor, pois como cidadão(ã) e sujeito de direitos precisa situar-se dentro de um contexto que busque a transformação individual e coletiva. Para Candau (2012, sp¹):

Um ponto de partida que consideramos fundamental é não se conceber o papel dos educadores como meros técnicos, instrutores, responsáveis unicamente

pelo ensino de diferentes conteúdos e por funções de normalização e disciplinamento. Devem ser vistos como profissionais e cidadãos e cidadãs, mobilizadores de processos pessoais e grupais de natureza cultural e social.

Uma educação que pretende formar cidadãos(ãs) e que se espera inclusiva deve pensar em todos(as) envolvidos(as) no processo, para que possa de fato contribuir no sentido de que nossos(as) alunos(as) negros(as) sintam-se respeitados(as) e valorizados(as); bem como os alunos e alunas não negros(as) sejam capazes de não reproduzir atitudes racistas e preconceituosas, valorizando e respeitando o outro em suas diferenças. Desse modo é preciso pensar no(a) professor(a) e o papel que exerce dentro da escola, compreendendo que tanto este(a) quanto o(a) aluno(a) formam o elo principal que vai através da educação e do conhecimento produzir as mudanças necessárias na consolidação de uma educação mais justa e inclusiva.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população brasileira é marcada por uma grande diversidade étnica, cultural, social, religiosa que está presente em todos os contextos sociais, no entanto sabemos que muitas pessoas não respeitam, tampouco valorizam esta diversidade, algumas inclusive destilam ódio e violência contra pessoas negras (assim como a outros sujeitos). De modo que acreditamos que a educação é um dos meios para mudar essa realidade, assim confiamos em seu poder transformador para oportunizar uma mudança de mentalidade e de comportamento nas pessoas, a fim de garantir que o racismo, a discriminação e o preconceito possam diminuir ou até mesmo ser superado.

Defendemos que uma das formas de reparar as injustiças contra os afro-descendentes é cumprindo o que a Lei 10.639/2003 apregoa e, os espaços onde os diferentes saberes são construídos trabalhem de fato os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira, oportunizando o exalçamento e o reconhecimento do povo negro como sujeitos sociais, como formadores do nossa sociedade e dos elementos que nos identifica como nação brasileira. Aproximar os(as) estudantes da história de seus(as) antepassados(as), fazendo-os(as) se reconhecer, se identificar com o que estão vendo e conhecendo, é ajuda-los(as) a constituir a partir daí a sua própria identidade pessoal e coletiva.

Não podemos pensar em uma sociedade justa e democrática sem que haja o respeito a todos(as) cidadãos e cidadãs que a compõem; pessoas que são desrespeitadas e discriminadas pela cor de sua pele. Discriminação que vai muito além do uso de palavras negativas e ofensivas; um preconceito que impede a ascensão social, que freia o acesso a oportunidades de trabalho, de estudos, de lazer.

Desta feita, a luta por igualdade e justiça faz-se urgente e necessária, ocorrendo em vários espaços e ampliando-se naqueles que possibilitam o intercâmbio entre diferentes

sujeitos, onde a produção e a socialização de conhecimentos oportunizem também mudanças de pensamentos e ações. Por esses motivos acreditamos nos espaços de educação formal como importantes contributos na construção de uma comunidade onde a cidadania e a democracia possam alcançar a todos e todas. Algo que só será possível se as pessoas sentirem-se espeitadas e valorizadas pelo que são, pela percepção de pertencimento social.

NOTAS

¹Sem paginação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Brasília. MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2004, Brasília, DF.

BRASIL. PLANO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICORACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola, 2008.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Educação em direitos humanos e formação de professores**. Disponível em: <<http://educandoparadiferenca.blogspot.com/2012/11/educacao-em-direitoshumanos-e-formacao.html>>. Acesso em 01 out. 2020.

CARVALHO, Leandro. **Lei 10.639/03 e o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana**. Disponível em: <<https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/lei10639-03-ensino-historia-cultura-afro-brasileira-africana.htm>> Acesso em: 12 out. 2020.

CARVALHO, Mauro. **A construção das identidades no espaço escolar**. Revista reflexão e Ação, n.20, n1, p. 209-227, jan./jun.2012.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola. Eliane Cavalleiro (org.) São Paulo: Selo Negro, 2001.

COELHO, Wilma de Nazaré Baia; SANTOS, Raquel Amorim. Política curricular e relações raciais no Brasil: entre textos e discursos. In: Educação, história e relações raciais: debates em perspectiva. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GARCIA, Maria Manuel Alves. **Políticas educacionais contemporâneas: tecnologias, imaginários e regimes éticos.** Revista brasileira de educação, v.15. n.45. pp. 445-455. Set/Dez. 2010.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola. Eliane Cavalleiro (org.) São Paulo: Selo Negro, 2001.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** [Tradução Isa Tavares]. – 2. ed.- São Paulo: Boitempo, 2008.

NASCIMENTO, João. **Ações afirmativas e políticas públicas de inclusão social.** Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/sociologia/acoes-afirmativaspoliticas-publicas-inclusao-social.htm>> Acesso em: 15 set. 2020.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. **Pluralidade cultural e orientação sexual.** Brasília, MEC, vol. 10, 2000.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. **Lei nº 10.639**, de 09 de janeiro de 2003, Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm> Acesso em: 30 set. 2020.

YOUNG, Michael. **Para que servem as escolas?** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 30 set. 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aluno 69, 74, 81, 86, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 149, 168, 169, 209, 210, 211, 212

Ambientação online 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 189, 192

Ambiente virtual de aprendizagem 180, 181, 192, 193

Análise documental 125, 130, 135, 143

Aprendizagem ativa 159, 161, 163

Aprendizagem baseada em problemas 56, 159, 160, 162, 163, 165, 168

Assistência estudantil 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38

Autonomia 6, 17, 25, 37, 53, 54, 82, 83, 84, 103, 124, 127, 129, 136, 147, 157, 159, 166, 167, 181, 183, 186, 191

C

Cartografia 1, 2, 3, 4, 15, 16

China 216, 217, 218, 219, 225, 227, 228

Cidadania 26, 65, 71, 75, 77, 78, 80, 81, 85, 86, 96, 98, 102, 104, 120, 121, 128, 155, 174

Competências socioemocionais 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178

Conhecimento 17, 20, 21, 25, 54, 56, 57, 65, 66, 67, 69, 70, 73, 74, 86, 90, 93, 95, 97, 101, 121, 139, 140, 144, 146, 159, 160, 163, 168, 173, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 212

Currículo em ciclos de aprendizagem 204

D

Dados vinculados 39

Deficiência visual 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103

Desigualdade social 28, 29, 30, 37, 179

E

Educação 1, 2, 3, 6, 10, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 52, 53, 56, 57, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 88, 89, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 193, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 229

Educação profissional 28, 29, 30, 32, 34, 37, 38

Educação superior 29, 32, 138, 139, 141, 146, 156, 158
EJA 2, 3, 6, 100, 119, 120, 121, 122, 123, 124
Emancipação social 96, 97, 98, 101, 103
Ensino domiciliar 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26
Ensino superior 21, 22, 31, 32, 51, 52, 53, 56, 70, 71, 92, 123, 138, 139, 158, 159, 162, 168, 193, 229
Escola de educação infantil 125, 128, 131
Escravidão 68, 70, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87
Espírito Santo 1, 3, 5, 8, 17, 20, 21
Estratégias de aprendizagem 195, 199, 200, 202

F

Formação continuada de professores 204
Formação docente 2, 65, 69, 73, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 151, 157, 215
Formación de ingenieros 195

G

Gestão democrática 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 135, 136, 169

H

Herramientas web 216
História da arte 39
Homeschooling 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27

I

In/exclusão 96, 97, 98, 102

J

Juventude 5, 15, 170, 172, 173, 177

L

Livro didático 70, 77, 79, 80

M

Metáfora 88, 89, 92, 93, 94, 95
Metodologias ativas 51, 53, 54, 56, 159, 160, 161, 162, 165, 167, 168
Micropolítica 1, 11, 12
Militância 1, 2, 3, 10, 11, 12, 13, 15
Museus 24, 39

N

Neoliberalismo 119

P

Pedagogia 23, 24, 57, 72, 88, 89, 91, 92, 103, 117, 118, 123, 124, 136, 157

Percepção estudantil 159

Plataforma Moodle 181, 182

Política educacional 119, 122, 124, 206

Práticas coletivas 51, 53

Preconceito 65, 68, 73, 74

R

Recorrido de estudio e investigación 195, 198, 203

Relações étnico-raciais 65, 69, 70, 75

Representação 4, 83

Rural 30, 33, 57, 58, 59, 60, 61, 64

S

Sala de aula invertida 159, 160, 163, 165, 166, 167, 168

Sistemas de respuesta inmediata 216, 222, 226

T

Teoría antropológica de lo didáctico 195

Teoria histórico-cultural 88, 89, 92, 93, 94

Tipos de aprendizaje 195, 200

Trabajo en equipo 216, 219, 221, 222, 226

Transição escolar 204

V

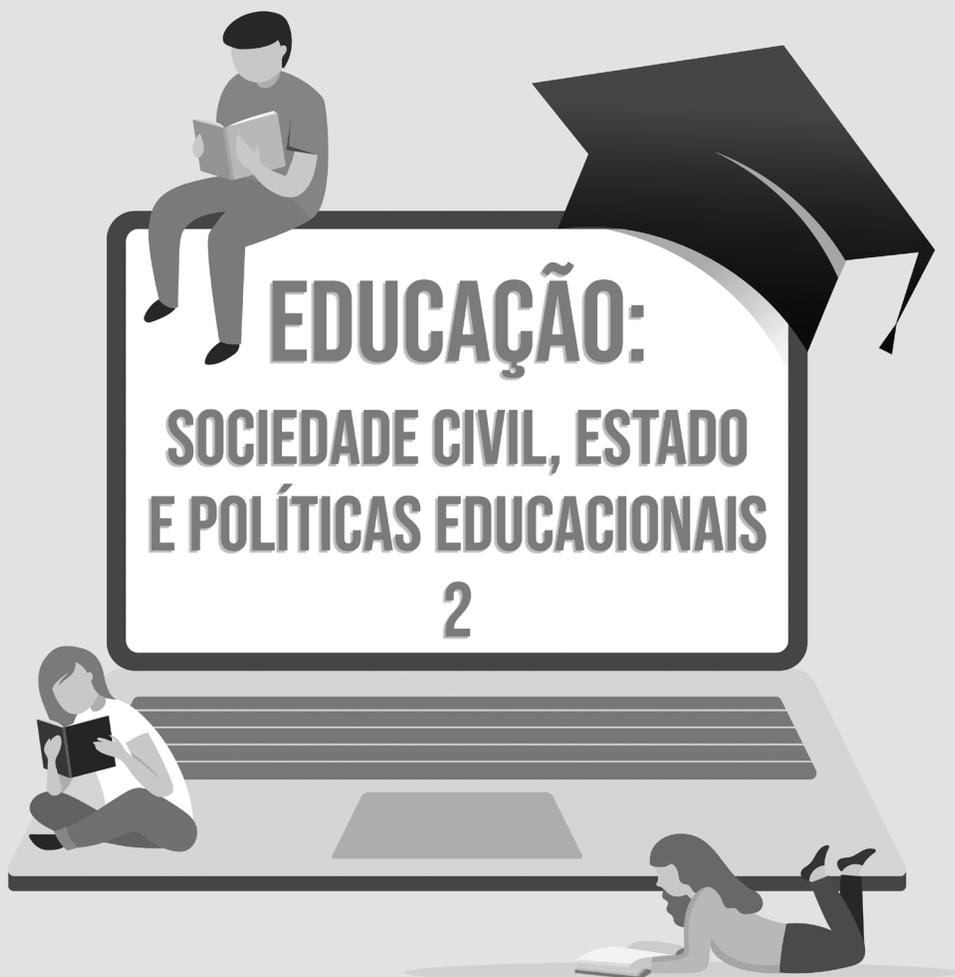
Valorização do magistério 138, 140, 142, 143, 146, 147, 154

Visitas 39, 130, 131

Vulnerabilidades 170, 173, 174, 175, 177

W

Wikidata 39, 41, 42, 43, 44, 48, 50



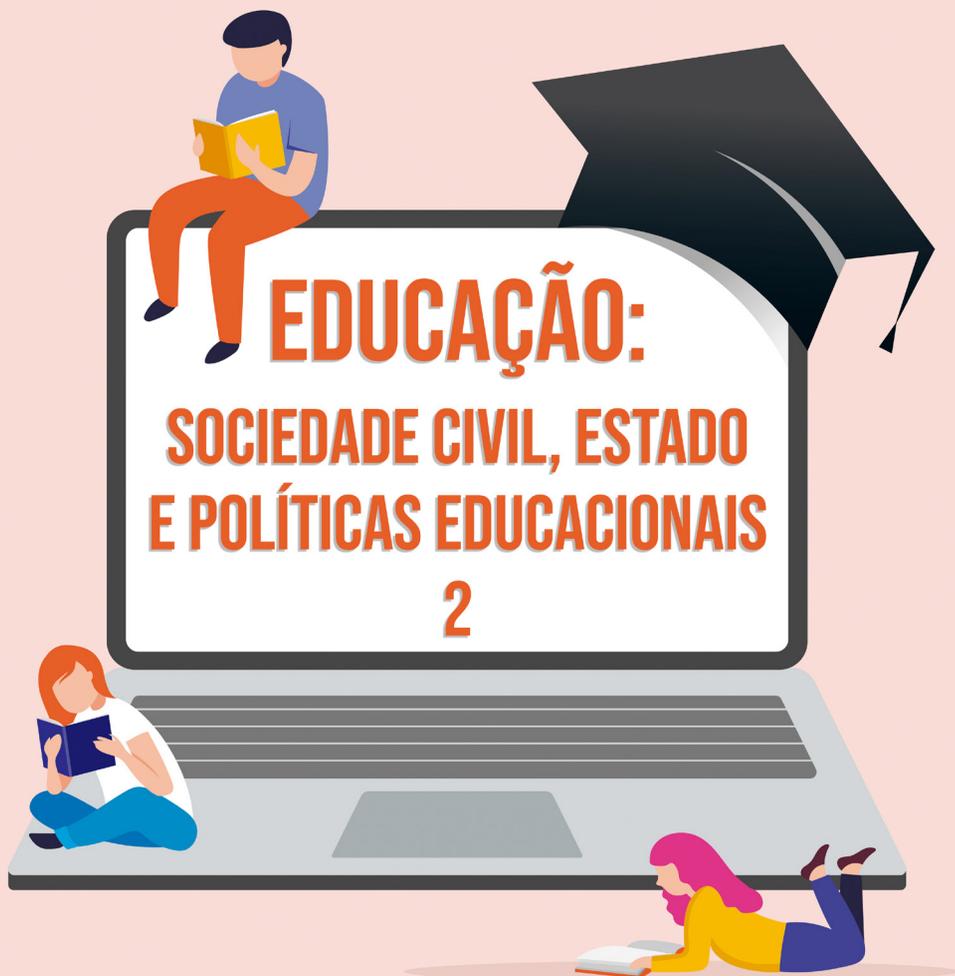
www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021